

ADULTIZAÇÃO PRECOCE: REVISÃO NARRATIVA CRÍTICA DE UM FENÔMENO MULTIFATORIAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EARLY ADULTIZATION: A CRITICAL NARRATIVE REVIEW OF A MULTIFACTORIAL PHENOMENON IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

ADULTIZACIÓN TEMPRANA: UNA REVISIÓN NARRATIVA CRÍTICA DE UN FENÓMENO MULTIFATORIAL EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-066>

Data de submissão: 08/09/2025

Data de publicação: 08/10/2025

Giulia Casagrande Bonilha

E-mail: giuliabonilha3@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4953-6902>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0143135675605008>

Celso Taques Saldanha

Mestre em Ciências da Saúde

Instituição: Centro Universitário Euro-American (Unieuro), Universidade de Brasília (UnB), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

E-mail: Celsotaquessaldanha@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0463-5893>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0172164042999824>

Alberto Stoessel Sadalla Peres

Especialista em Pediatria

Instituição: Centro Universitário Euro-American (Unieuro)

E-mail: albertossperes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2445-2223>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/682246818770943>

Rafael Pimentel Saldanha

Especialista em Pediatria

Instituição: Universidade de Brasília (UnB), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

E-mail: Rafaelpsald@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0967-4752>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2351670579447800>

Julia Keiko Kofuji

E-mail: Juliakeikokofuji@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8477-9759>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3707226524206545>

Ana Júlia Loubet da Costa Cardoso

E-mail: anajuhloubet@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1556-0486>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8449863442436520>

Ryllare Tawane Dourado Barros

E-mail: Rylludourado@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6091-5747>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2482336210289381>

Ana Karoline Lima do Nascimento

E-mail: anakarolinelimadonascimento19@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5664-9200>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2891920001928463>

Rebeca Soares Silva

E-mail: rebecasoaresilva7@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8999-6862>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9468668907072662>

Maria Eduarda Benevides dos Anjos

Instituição: Centro Universitário Euro-American (Unieuro)

E-mail: dudabenevides00@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0783-0805>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4810725817708167>

RESUMO

A adultização precoce constitui um fenômeno histórico e multifatorial, cada vez mais evidente nas sociedades contemporâneas. O presente estudo teve como objetivo analisar criticamente o conceito de adultização em crianças e adolescentes, considerando sua historicidade, suas manifestações estéticas, digitais e químicas, bem como as implicações psicosociais e de saúde. Trata-se de uma revisão narrativa crítica, de caráter interdisciplinar, fundamentada em literatura indexada (1980–2025), incluindo estudos históricos, sociológicos, médicos e psicológicos. Os resultados apontam que a adultização persiste sob novas roupagens, mais sofisticadas e difusas, expressas pela erotização midiática, pela introdução precoce de dispositivos digitais, pelo consumo estético e pela exposição a disruptores endócrinos. Entre as consequências destacam-se ansiedade, depressão, transtornos alimentares, distorções de autoimagem, gravidez precoce e maior risco de suicídio em adolescentes. Conclui-se que políticas públicas, regulação da indústria de cosméticos e da mídia, e fortalecimento da educação familiar são essenciais para mitigar os impactos da adultização e proteger o desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Adultização. Infância. Adolescência. Sexualização Precoce. Saúde Mental.

ABSTRACT

Early adultization is a historical and multifactorial phenomenon that has become increasingly evident in contemporary societies. This study aimed to critically analyze the concept of adultization in children and adolescents, considering its historical background, aesthetic, digital, and chemical manifestations, as well as psychosocial and health implications. It consists of a critical narrative review, interdisciplinary in nature, based on indexed literature (1980–2025), including historical, sociological, medical, and psychological studies. The results indicate that adultization persists in new, more sophisticated and diffuse forms, expressed through media eroticization, early digital device ownership, aesthetic consumption, and exposure to endocrine disruptors. Consequences include anxiety, depression, eating disorders, body image distortions, early pregnancy, and higher suicide risk among adolescents. We conclude that public policies, regulation of cosmetics and media industries, and

strengthening of family education are essential to mitigate the impacts of adultization and protect integral development.

Keywords: Adultization. Childhood. Adolescence. Early Sexualization. Mental Health.

RESUMEN

La adultificación temprana es un fenómeno histórico y multifactorial, cada vez más evidente en las sociedades contemporáneas. Este estudio tuvo como objetivo analizar críticamente el concepto de adultificación en niños y adolescentes, considerando su historicidad, sus manifestaciones estéticas, digitales y químicas, así como sus implicaciones psicosociales y para la salud. Se trata de una revisión narrativa crítica e interdisciplinaria basada en literatura indexada (1980-2025), que incluye estudios históricos, sociológicos, médicos y psicológicos. Los resultados indican que la adultificación persiste bajo formas nuevas, más sofisticadas y difusas, expresadas a través de la erotización mediática, la introducción temprana de dispositivos digitales, el consumo estético y la exposición a disruptores endocrinos. Las consecuencias incluyen ansiedad, depresión, trastornos alimentarios, autoimagen distorsionada, embarazo precoz y un mayor riesgo de suicidio en adolescentes. La conclusión es que las políticas públicas, la regulación de las industrias cosmética y mediática, y el fortalecimiento de la educación familiar son esenciales para mitigar los impactos de la adultificación y proteger el desarrollo integral.

Palabras clave: Adultificación. Infancia. Adolescencia. Sexualización Temprana. Salud Mental.

1 INTRODUÇÃO

A adultização precoce pode ser definida como o processo pelo qual crianças e adolescentes são expostos a códigos, papéis e práticas da vida adulta antes do tempo adequado para sua maturação biológica, psicológica e social. Trata-se de um fenômeno multifatorial, que inclui erotização estética, responsabilização excessiva, inserção em padrões de consumo e exposição a conteúdos digitais que comprimem o período de latência e antecipam demandas de maturidade (APA, 2007; BUCKINGHAM, 2011; UNICEF, 2019). A literatura médica e psicológica aponta que a adultização compromete a formação da identidade, aumenta riscos de ansiedade e depressão e fragiliza a proteção social, configurando-se como um problema de saúde pública (WHO, 2021; SBP, 2021).

Embora a expressão seja recente, a adultização não é um fenômeno novo: acompanha a história da infância. Na Antiguidade ocidental, a criança era vista como extensão da família e do patrimônio. Em Roma, o *“pater familias”* (chefe da família romana - geralmente o pai) possuía poder sobre a vida dos filhos, e o valor da infância estava atrelado à utilidade militar, econômica ou sucessória (RAWSON, 2003). No Oriente, tradições confucionistas, budistas e hinduístas atribuíam papéis rituais precoces às crianças, reforçando sua função comunitária sem lhes reconhecer autonomia individual (EISENSTADT, 2003).

Na Idade Média europeia, segundo Philippe Ariès (1981), a infância era transitória: a criança era retratada como **“adulto em miniatura”**, compartilhando roupas, jogos e trabalhos com os adultos. Cunningham (2005) destaca que a sobrevivência coletiva exigia participação produtiva precoce, e a afetividade não se traduzia em proteção jurídica ou social.

A partir do Renascimento e da Idade Moderna, o surgimento da escolarização e da valorização do conhecimento científico introduziu a noção de infância como etapa diferenciada, porém práticas como casamentos arranjados precoces e aprendizagens laborais revelam que a adultização continuava presente (HEYWOOD, 2001). Durante a Revolução Industrial, a adultização adquiriu caráter econômico. Crianças foram incorporadas a fábricas e minas, submetidas a jornadas longas e insalubres, em um dos momentos mais dramáticos de antecipação da vida adulta (HUMPHRIES, 2010). Esse contexto motivou legislações de proteção, como as Factory Acts na Inglaterra, mas a exploração infantil persiste (NARDINELLI, 1980).

No século XX, as Guerras Mundiais expuseram novamente menores a responsabilidades adultas: atuaram como mensageiros, cuidadores e até combatentes, vivenciando violência, fome e morte antes da maturidade (FASS, 2011; WINTER, 2006). Apenas no pós-guerra, com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e políticas públicas de proteção, consolidou-se o reconhecimento da infância como etapa que exige cuidado específico.

No entanto, a adultização não desapareceu: ela se transformou em práticas mais sofisticadas e difusas, ligadas à cultura de consumo, à mídia digital e à estética infantil. Hoje, manifesta-se na erotização de roupas e danças, no uso precoce de redes sociais e na introdução de cosméticos que podem atuar como desreguladores endócrinos, reforçando a sexualização involuntária (APA, 2007).

Na contemporaneidade, organismos internacionais e legislações nacionais buscaram delimitar com clareza os períodos da vida. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) define criança como indivíduo de 0 a 9 anos e adolescente como aquele entre 10 e 19 anos. O UNICEF (2019) adota critério semelhante, estendendo a adolescência até os 18 anos em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990). A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2021) reconhece ainda a pré-adolescência (9 a 12 anos), fase particularmente vulnerável à adultização.

Apesar de tais avanços conceituais e normativos, a adultização continua sendo uma realidade problemática. Diferente das formas explícitas do passado, trabalho infantil, guerras ou casamentos arranjados, hoje ela se apresenta de maneira naturalizada, mediada por plataformas digitais, publicidade e produtos culturais. Crianças e adolescentes são constantemente expostos a códigos sexuais e estéticos que comprimem sua latência psicossexual, fragilizam a saúde mental e ampliam vulnerabilidades, como abuso, gravidez precoce e risco de suicídio (SMITH et al., 2020; WHO, 2021).

Nesse sentido, a problematização central deste estudo reside em compreender como fatores históricos, sociais, digitais, estéticos e hormonais, mantêm a adultização ativa em pleno século XXI, sob novas roupagens. O objetivo é realizar uma revisão narrativa crítica que situe a adultização no percurso histórico da infância e da adolescência e analise suas formas atuais, com ênfase nos impactos biopsicossociais e nas estratégias de prevenção que assegurem o desenvolvimento integral (SBP, 2021; OECD, 2025).

2 METODOLOGIA:

2.1 TIPO DE ESTUDO E JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

Este estudo constitui-se em uma revisão narrativa crítica de caráter histórico-social e interdisciplinar, envolvendo os campos da história, sociologia, psicologia do desenvolvimento e medicina. A revisão narrativa crítica foi considerada a abordagem mais adequada, permitindo integrar diferentes tradições de conhecimento e oferecer uma leitura interpretativa ampla, sem abrir mão do rigor científico (ROTHER, 2007).

2.2 ESTRATÉGIA DE BUSCA E FONTES CONSULTADAS

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre março e agosto de 2025, contemplando tanto bases indexadas de periódicos científicos quanto documentos de organismos internacionais. Foram consultadas as seguintes bases: SciELO, PubMed, Web of Science, JSTOR e Google Scholar, além de documentos de acesso aberto da Organização Mundial da Saúde (WHO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas (ONU) e Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Foram utilizados descritores em português, inglês e espanhol, combinados com operadores booleanos: adultização da infância; childhood history; adolescence social construction; socialization and childhood; puberty and adulthood; sexualization; digital exposure; cosmetics and endocrine disruptors. O objetivo foi contemplar tanto aspectos históricos quanto biomédicos e socioculturais.

Foram ainda incluídas obras clássicas de referência, como *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès (1981); *O desaparecimento da infância*, de Neil Postman (1999); e *Studies in Modern Childhood*, de Jens Qvortrup (2005), que oferecem bases interpretativas fundamentais para compreender o fenômeno em perspectiva histórica.

Para organizar os achados históricos de forma sistemática, elaborou-se uma síntese comparativa das concepções sociais de infância e adolescência ao longo dos principais períodos históricos, contemplando desde Roma Antiga até a contemporaneidade.

Essa sistematização está apresentada na **Tabela 1**, que resume os contextos, visões sociais predominantes e formas de adultização descritas na literatura.

Tabela 1 – Concepções históricas da infância e adolescência:

Período/Contexto	Visão social da infância/adolescência	Características de adultização	Referências
Roma Antiga	Criança como extensão da família e patrimônio	Casamentos precoces, participação em rituais, trabalho doméstico/militar	RAWSON, 2003
Idade Média	Infância curta; criança como “adulto em miniatura”	Uso de roupas adultas, inserção precoce em ofícios e guerras	ARIÈS, 1981; CUNNINGHAM, 2005
Idade Moderna (séc. XVI–XVIII)	Infância mais reconhecida; surgimento da escolarização formal	Persistência do trabalho precoce e casamentos arranjados	HEYWOOD, 2001
Revolução Industrial (séc. XIX)	Crianças vistas como mão de obra fabril	Trabalho exaustivo em fábricas e minas; disciplina rígida	HUMPHRIES, 2010
Guerras Mundiais (séc. XX)	Crianças mobilizadas em contextos de conflito	Atuação como mensageiros, cuidadores e até combatentes	FASS, 2011; WINTER, 2006; APA, 2007;
Contemporaneidade	Infância como sujeito de direitos, mas sob pressão mercadológica	Adultização digital, estética e química (moda, redes sociais, cosméticos)	UNICEF, 2019; BUCKINGHAM, 2011

Fonte: Autores.

2.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

2.3.1 Critérios de inclusão

Foram incluídos artigos originais, revisões, livros e relatórios técnicos publicados entre 1970 e 2025, em perspectiva histórica, sociológica, pedagógica, psicológica ou médica, que abordassem infância, adolescência ou adultização. Também foram considerados trabalhos que analisaram práticas de sexualização precoce, consumo infantil, exposição digital, antecipação da puberdade ou uso de cosméticos com potenciais desreguladores endócrinos, bem como documentos oficiais de organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Mundial da Saúde (OMS), além de documentos de sociedades médicas, como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

2.3.2 Critérios de exclusão:

Foram excluídos ensaios opinativos sem base acadêmica, materiais jornalísticos sem respaldo científico e textos religiosos que não apresentassem articulação com análise histórica ou social.

2.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O material selecionado foi analisado em três etapas:

1. Leitura exploratória – levantamento inicial para identificar trabalhos relevantes.
2. Leitura seletiva – avaliação da pertinência quanto ao conceito de adultização e sua aplicação em contextos históricos e contemporâneos.
3. Leitura analítica – organização das informações em categorias temáticas:
 - Infância nas civilizações antigas (Grécia, Roma, Judaísmo).
 - Infância na Idade Média e Idade Moderna.
 - A Revolução Industrial e as Guerras Mundiais como contextos de adultização explícita.
 - Adultização contemporânea: erotização midiática, exposição digital, uso precoce de cosméticos, pressões estéticas.
 - Impactos biopsicossociais: saúde mental, distúrbios alimentares, gravidez precoce, risco de suicídio.
 - Fatores protetores: família, escola, religiosidade e valores comunitários.

O processo buscou identificar convergências e divergências entre os autores, valorizando tanto a dimensão descritiva (o que é adultização em cada contexto) quanto a analítica (como o fenômeno se transforma e quais são suas implicações atuais).

2.5 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de revisão bibliográfica, sem coleta de dados primários ou identificação de indivíduos, este estudo não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a **Resolução nº 510/2016** do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, todas as fontes utilizadas foram devidamente citadas, respeitando os princípios da integridade acadêmica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a adultização precoce é um fenômeno multifatorial e persistente, que assume novas formas nas sociedades contemporâneas. Estudos multicêntricos (UNICEF, 2019; OMS, 2021; SBP, 2021) indicam que o processo tende a emergir entre os 7 e 9 anos de idade, justamente no período em que a sexualidade deveria permanecer em latência. Essa antecipação ocorre tanto por fatores culturais quanto por condições biológicas, como a antecipação de marcos puberais em meninas com maior índice de massa corporal (KAPLOWITZ, 2001; BRANDÃO, 2021).

Em meninas, predominam os efeitos estéticos: uso precoce de maquiagem, roupas sexualizadas, filtros digitais e poses erotizadas em redes sociais. Em meninos, observa-se mais fortemente a atribuição performática: exposição precoce à pornografia, erotização em jogos digitais e pressão para adotar padrões de masculinidade tóxica (APA, 2007; BUCKINGHAM, 2011; UNICEF, 2019).

O vetor digital é central. A posse de celulares próprios ocorre, em média, a partir dos 10 anos, alcançando quase universalidade aos 15 (OECD, 2025). Esse fator amplia a exposição a conteúdos sexualizados, ao cyberbullying e às comparações sociais intensificadas por algoritmos, fenômenos diretamente ligados a quadros de ansiedade, depressão e ideação suicida (OMS, 2021).

A dimensão hormonal também deve ser considerada. Cosméticos, xampus e loções contendo parabenos apresentam atividade estrogênica fraca e podem atuar como disruptores endócrinos (BIRA et al., 2016). Embora não constituam a causa única nem sejam frequentes, seu uso precoce em meninas pode contribuir para antecipar marcos puberais, reforçando a sexualização involuntária (BRANDÃO, 2021).

O ambiente familiar e social funciona como catalisador ou inibidor do processo. Famílias permissivas, pouco presentes ou que incentivam a exposição estética das crianças tendem a reforçar a adultização. Ao mesmo tempo, ambientes educativos frágeis, presença constante de reality shows e danças sexualizadas em redes sociais contribuem para normalizar a erotização precoce (UNESCO, 2020; UNICEF, 2019).

Para sintetizar esses achados e tornar mais clara a relação entre os fatores contemporâneos que sustentam a adultização e suas principais consequências, elaborou-se a **Tabela 2**, que organiza os elementos centrais identificados na literatura analisada.

Tabela 2 – Fatores contemporâneos de adultização e suas consequências

Fatores contemporâneos	Exemplos específicos	Consequências observadas	Referências
Exposição digital precoce	Uso intenso de redes sociais, jogos online, <i>streaming</i>	Ansiedade, cyberbullying, distúrbios do sono, dificuldade de atenção	APA, 2007; UNICEF, 2019; BUCKINGHAM, 2011
Erotização midiática	Programas de TV, publicidade sexualizada, influenciadores digitais	Hipersexualização, iniciação sexual precoce, distorção da autoimagem	POSTMAN, 1999; ANDRADE, 2020
Pressões estéticas e cosméticas	Uso de maquiagens, procedimentos estéticos, dietas restritivas	Transtornos alimentares, baixa autoestima, risco de depressão e automutilação	TIGGEMANN; SLATER, 2014; WHO, 2021

Puberdade
antecipada

Exposição a disruptores
endócrinos, obesidade infantil

Risco aumentado de gravidez precoce,
alterações emocionais, vulnerabilidade
social

Brandão, 2021;
KAPLOWITZ, 2001;

Fonte: Autores.

Outro ponto central é a relação entre a adultização precoce e o suicídio adolescente, já considerado a quarta principal causa de morte entre 15 e 19 anos (WHO, 2021). Entre os fatores associados estão depressão, transtornos alimentares, ansiedade, abuso, negligência e bullying, sendo que a antecipação de papéis adultos contribui para frustração corporal e fragilização da autoestima (SMITH et al., 2020). Dados nacionais indicam um aumento preocupante de tentativas de suicídio entre meninas no Brasil, em paralelo ao uso intenso de redes sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

O fenômeno ocorre em todas as classes sociais, porém com motivações distintas: em famílias de baixa renda está relacionado à exploração econômica e vulnerabilidade digital, enquanto em famílias de média e alta renda se manifesta pela busca estética, exposição em redes sociais e consumo (BUCKINGHAM, 2011; UNICEF, 2019). Fatores protetores, como vínculos familiares sólidos, supervisão baseada em confiança, valores culturais claros e, em alguns contextos, religiosidade associada ao adiamento da iniciação sexual, reduzem a intensidade e os impactos desse processo (RESNICK et al., 1997; ROSTOSKY et al., 2004).

Embora tenha se transformado ao longo do tempo, o fenômeno persiste de formas mais sofisticadas, difusas e naturalizadas, variando em intensidade conforme a regulação da publicidade infantil, a atuação da indústria de cosméticos e o grau de penetração digital (OECD, 2025). No âmbito jurídico, destaca-se a **Lei nº 15.211/2025**, conhecida como “**ECA Digital**”, que impõe obrigações a aplicativos, jogos eletrônicos, redes sociais e serviços digitais, incluindo verificação de idade, supervisão familiar, remoção de conteúdos relacionados a abuso infantil e restrições à publicidade voltada a menores, com penalidades que podem chegar a R\$ 50 milhões por infração e criação de autoridade nacional para fiscalização (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2025).

Além disso, observa-se uma tendência global de restrição do uso de celulares em ambientes escolares como medida de proteção frente à exposição digital precoce. No Brasil, a **Lei nº 15.100/2025** limita o uso de aparelhos portáteis durante aulas e intervalos, excetuando fins pedagógicos, de saúde ou acessibilidade, refletindo preocupações com impactos no aprendizado e na saúde mental dos alunos.

4 CONCLUSÃO

A adultização precoce constitui um fenômeno histórico e persistente, que acompanha a humanidade desde a Antiguidade, mas que assume novas roupagens na contemporaneidade. Se em

outros períodos ela se expressava por formas explícitas como o trabalho infantil, os casamentos arranjados ou a mobilização de menores em guerras, hoje manifesta-se de maneira mais sofisticada, difusa e naturalizada, articulando vetores digitais, estéticos, hormonais e sociais (ARIÈS, 1981; BUCKINGHAM, 2011; UNICEF, 2019).

O conjunto das evidências analisadas demonstra que a antecipação de fases na vida de crianças e adolescentes acarreta impactos profundos no desenvolvimento biopsicossocial, incluindo erosão do período de latência psicossexual, intensificação de quadros de ansiedade, depressão e transtornos alimentares, aumento do risco de gravidez precoce e elevação da vulnerabilidade ao suicídio, especialmente em meninas submetidas a pressões estéticas e digitais (WHO, 2021; SMITH et al., 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Fatores como exposição precoce a dispositivos digitais, uso de cosméticos com potenciais desreguladores endócrinos, sexualização midiática e fragilidade dos vínculos familiares reforçam esses efeitos; entretanto, vínculos afetivos sólidos, monitoramento parental baseado em confiança, educação midiática e, em alguns contextos, pertença religiosa, funcionam como fatores protetores, reduzindo a intensidade e os danos da adultização (RESNICK et al., 1997; ROSTOSKY et al., 2004).

Esse cenário deve ser compreendido não apenas como fenômeno cultural, mas também como questão de saúde pública e proteção social, demandando políticas integradas que regulam a publicidade infantil e o marketing digital, restrinjam o uso de disruptores endócrinos em cosméticos destinados a crianças, promovam programas de educação midiática nas escolas e fortaleçam os vínculos familiares e comunitários. Do ponto de vista científico, ainda são necessários estudos longitudinais e multicêntricos para aprofundar a compreensão dos efeitos da adultização em diferentes contextos culturais e socioeconômicos, enquanto socialmente é fundamental fomentar um debate amplo envolvendo famílias, educadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas, a fim de preservar a infância como etapa legítima de proteção, crescimento e desenvolvimento saudável (SBP, 2021; OECD, 2025).

Por fim, a adultização precoce, embora ressignificada ao longo da história, permanece como desafio ético, sanitário e educacional do século XXI. A superação desse problema exige não apenas diagnósticos precisos, mas também ações coletivas e interdisciplinares que devolvam à infância e à adolescência o direito de serem vividas plenamente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Nova lei protege crianças contra adultização na internet. Câmara dos Deputados, 18 set. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1201525-nova-lei-protege-criancas-contra-adultizacao-na-internet/>. Acesso em: 25 set. 2025.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). Report of the APA Task Force on the Sexualization of Girls. Washington, DC: APA, 2007. Disponível em: <http://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-full.pdf>. Acesso em: 26 de set. 2025.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981. ISBN 978-85-216-0363-5. Disponível em: <https://shs.cairn.info/100-penseurs-de-la-societe--9782130652205-page-21?lang=fr>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRANDÃO, Camila Neves; PINA, Viviane. Influência dos disruptores endócrinos na puberdade precoce em meninas: revisão sistemática. International Journal of Development Research, v. 11, n. 12, p. 52868–52871, 2021. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/23612.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

BIRO, F. M. et al. Pubertal correlates in black and white girls. Journal of Pediatrics, v. 162, n. 6, p. 1015-1020, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2012-3773>. Acesso em: 25 de set. 2026.

BUCKINGHAM, D. The material child: growing up in consumer culture. Cambridge: Polity Press, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nm.2453>. Acesso em: 26 de set. 2025.

CUNNINGHAM, Hugh. Children and childhood in Western society since 1500. 3. ed. Londres: Routledge, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003033165>. Acesso em: 25 de set. 2025.

EISENSTADT, S. N. Comparative civilizations and multiple modernities. Leiden: Brill, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004531499_023. Acesso em: 26 set. 2025.

HUMPHRIES, J. Childhood and child labour in the British industrial revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/658257>. Acesso em 26 de set. 2025.

HEYWOOD, Colin. A history of childhood: children and childhood in the West from medieval to modern times. Cambridge: Polity Press, 2001. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofchildho0000heyw>. Acesso em: 26 set. 2025.

KAPLOWITZ, P. Pubertal development in girls: secular trends. Current Opinion in Obstetrics and Gynecology, v. 13, n. 5, p. 511-515, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(00\)00226-3](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(00)00226-3). Acesso em: 25 de set. 2025.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Saúde de adolescentes: análise de indicadores de morbimortalidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-do-adolescente>. Acesso em: 26 de set. 2026.

NARDINELLI, Clark. Child labor and the Factory Acts. *The Journal of Economic History*, v. 40, n. 4, p. 739-755, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022050700100166>. Acesso em: 26 de set. 2026.

OECD. *Education at a glance 2025: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook-interim-report-september-2025_67b10c01-en.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 de set. 2026.

ONU. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 26 set. 2025.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00094056.1985.10520201>. Acesso em: 26 set. 2025.

QVORTRUP, Jens. *Studies in modern childhood: Society, agency and culture*. London: Macmillan, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230504929>. Acesso em: 26 set. 2025.

RAWSON, B. *Children and childhood in Roman Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4135018>. Acesso em 2025.

RESNICK, M. D. et al. Protecting adolescents from harm: findings from the National Longitudinal Study on Adolescent Health. *JAMA*, v. 278, n. 10, p. 823-832, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.278.10.823>. Acesso em 2025.

ROSTOSKY, S. S. et al. The impact of religiosity on adolescent sexual behavior: a review. *Journal of Adolescent Research*, v. 19, n. 6, p. 677-697, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0743558403260019>. Acesso em 2025.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Manual de Orientação: saúde de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: SBP, 2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br>. Acesso em: 26 set. 2025.

TIGGEMANN, M.; SLATER, A. NetGirls: the Internet, Facebook, and body image concern in adolescent girls. *International Journal of Eating Disorders*, v. 47, n. 6, p. 630-643, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eat.22141>. Acesso em: 25 de set. 2026

UNESCO. Smartphones in school: only when they clearly support learning. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/smartphones-school-only-when-they-clearly-support-learning>. Acesso em: 26 set. 2025.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S FUND (UNICEF). The State of the World's Children 2019. New York: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-of-worlds-children-2019>. Acesso em: 26 set. 2025.

WINTER, J. M. Children in the First World War. In: FASS, P. (ed.). The Routledge History of Childhood in the Western World. New York: Routledge, 2006. p. 410-432. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Routledge-History-of-Childhood-in-the-Western-World/Fass/p/book/9781138820616>. Acesso em: 26 de set. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Adolescent health. Geneva: WHO, 2021. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240034228>. Acesso em: 26 set. 2025.